

SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA: MÍDIA, PAIS E ESPECIALISTAS

IMAGINARY MEANINGS OF CONTEMPORARY CHILDHOOD: MEDIA, PARENTS AND SPECIALISTS

Adriana Carrijo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

RESUMO

A infância tem sido um ponto de ancoragem privilegiado pelas ciências humanas. Essa grande empreitada desdobra-se a partir da construção social de um sujeito cognoscente, servil às lógicas deterministas, fásicas e classificatórias, que nos últimos séculos acionaram “pedocientíficas” geradoras de novas funções para a criança, pais e especialistas infantis. Interrogando processos, como a seriação de transtornos mentais infantis, a formação profissional para a obra tutelar e terapêutica, a exposição midiática dos especialistas e a educação dos pais orientada por esta midiática, descortina-se um circuito intervencionista repleto de significações imaginárias da infância, intersecções e produções de saberes, por consequência, de sujeitos e de uma sociedade. Destarte, viso à cartografia de possíveis significações imaginárias, mantidas historicamente na ordem do discurso e das práticas para a infância, revelando uma interessante triangulação, formada pelos pais, pela mídia e pelos especialistas.

Palavras-chave: contemporaneidade; infância; significações imaginárias.

ABSTRACT

Childhood has been an anchor point preferred by the human sciences. This major undertaking unfolds from the social construction of a knowing subject, servile to the deterministic logic, phasic and qualifying, which in recent centuries triggered “pedocientificas” generating new functions for the child, parents and child specialists. Questioning processes, such as serialization of mental disorders for children, vocational training to protection and therapy work, exposure of media specialists and parents’ education guided by this media coverage, opens up a circuit full of interventional imaginary meanings of childhood, intersections and production of knowledge, therefore, subjects and society. Thus, the mapping of possible imaginary meanings, historically held in the order of discourse and practices for children, revealing an interesting triangle, formed by parents, the media and by specialists.

Keywords: contemporaneity; infancy; imaginary significations.

Introdução

Este trabalho é inspirado pela nossa prática psicanalítica com crianças, consequentemente, pela relação estabelecida com seus pais e tutores, e tem como questão a emergência e a massificação de múltiplos transtornos psicopatológicos ancorados na infância contemporânea, tais como, o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, o Transtorno Desafiador Opositor e o Transtorno do Humor Bipolar, tomados aqui como produções de subjetividade, afeitas ao tempo histórico que compartilhamos.

Analisando-os a partir do conceito de significações imaginárias elaborado por Castoriadis (2000, p. 385), ou, ainda, como magma¹ ou essência articuladora entre a ação parental, midiática e especializada, preten-

demos ultrapassar o domínio identitário da psiquiatrização da infância (apologia aos transtornos), evidenciando como o regime de sociabilidade para com a criança é clivado² por um imaginário etário, fásico e nosológico³ corrente na análise do cotidiano e esculpido há pelo menos cinco séculos de imaginizações.

Castoriadis propõe um enlace entre a dimensão magmática, forno das significações imaginárias e a criação (novas formas de ser, viver e conviver), pensando a *psyche* (subjetividade) como uma entidade estratificada, qual seja, em interdependência com a instituição da sociedade e originalmente imaginária. Para o filósofo, “a questão da *psyche* não é separável da questão do social-histórico, duas expressões do imaginário radical, lá, como imaginação radical, e aqui, como imaginário social” (2000, p. 316).

Para esse sujeito que também era psicanalista, portanto, esse “lá, como imaginação radical” designava a expressão do inconsciente e o aqui envolveria os feitos humanos instituídos como produtos dessa força. Enlaçados indissociavelmente estão o sujeito e a sociedade, imaginário radical e social.

Deslocando a ideia lançada pelo autor para o terreno da contemporânea infância “transtornada”, refletimos: se originalmente magmáticas, as significações imaginárias da infância seriam passíveis de “imposição de uma organização conjuntista” (Castoriadis, 2000, p. 390). Tal organização conjuntista e identitária, tão referida na obra castoriana, reflete o domínio da lógica da determinidade que pensa o mundo estruturado analogamente à teoria dos conjuntos e que pretende a classificação pela identificação. Nesse sentido, visamos à cartografia dessa contemporânea lógica estabelecida pelo enlace mídia, pais e especialistas, lógica que determina um lugar social para a criança identificado/classificado pela emergência de transtornos mentais.

Significações imaginárias da infância contemporânea: exemplificações

Para exemplificar o engendramento de significações imaginárias da infância contemporânea, chamamos a Dra. Ana Beatriz Barbosa B. Silva, psiquiatra do Núcleo de Medicina do Comportamento (NAPADES) e autora do livro *Mentes inquietas: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas* (2003), que assina uma matéria de capa para a revista *O Globo*, a evidenciar como a lógica da determinidade supracitada captura o corpo da criança e funda um campo de especialistas infantis, promovendo ainda a midiáticação/banalização do diagnóstico, utilizando outra cultura – a americana –, como modelo para balizar o olhar dos leitores:

O ritmo de vida é muito *foot loose* (sic). As crianças, quando manifestam uma agitação maior por volta dos 8, 9 anos, têm o que os americanos chamam de traço DDA. Mesmo nesses casos, os professores são os maiores aliados para melhorar o desempenho escolar dos alunos de um modo geral e, principalmente, dos com TDAH. Para isso, estamos elaborando um questionário que será distribuído nas escolas para os educadores avaliarem o aluno, as chances de a criança mudar seu comportamento e pedirem ajuda de profissionais especializados, se for o caso. (Intrator & Neves, 2005, p. 18., grifo nosso)

Por meio do trabalho clínico diário, ocupamo-nos de pensar a potência de certas significações imaginárias e, mais especificamente, em vislumbrar como as mesmas habitariam o coração de alguns discursos acionando práticas high-tech produzidas para o consumo

e para uma “aparente e renovada” disposição social, que desloca a criança cada vez mais para o centro de uma cultura transtornada e medicalizada, vale lembrar, outrora pedagogizada e psicologizada.

Assim, admitindo que a identidade “transtornada” e a consequente medicalização sejam características marcantes da cultura contemporânea, e analisando os pressupostos dessa psiquiatrização por meio do contexto sócio-histórico, tomamos a imagem de realidade estratificada sugerida por Castoriadis como detentora de significações imaginárias da infância, clivada há séculos para a realização do bom homem e de uma sociedade profilitizada.

Portanto, assim como o destino do magma é a estratificação, o destino de uma significação imaginária é a ancoragem no contexto sócio-histórico por meio das pluralizações das formas de convívio e interação, demandando a identidade para sua efetivação como instituição.

Coincide com a emergência desse ideário católico e higienista a história da captura da criança e da modelização da infância, uma franca construção social, realidade atravessada transversalmente por significações imaginárias de desenvolvimento e funcionamento cognitivo, redundando contemporaneamente em psicopatologias do desenvolvimento e disfunções cognitivas, subproduto do discurso midiático para a mobilização da angústia parental em tempos em que as referidas prescrições ocupam o lugar do elemento pulsional⁴, como condição de liga social à moda psicanalítica mais clássica.

Há que se pensar nas consequências desse deslocamento da clivagem afetiva para a produção identitária e prescritiva. A criança deslocada do novo/novela familiar e das neuroses transgeracionais acaba estampando uma nova produção: transformou-se em um suporte de bioidentidades⁵. Seria esse um desdobramento inevitável diante da dimensão movente das significações imaginárias sociais por meio do curso sócio-histórico? Existiria alguma novidade nesse processo de psiquiatrização da infância? É possível tomá-lo como estritamente contemporâneo, concebendo-o como resultado de um fluxo de significações imaginárias?

Recorremos novamente ao recorte de jornal para suscitar uma exemplificação, agora a partir da experiência parental contemporânea:

Durante anos a doméstica Valdinéia de Oliveira e o técnico de uma empresa de telefonia, Jorge Luiz da Silva, preferiram ficar em casa para não passar por situações constrangedoras com o filho George Luiz, de 10 anos. Deixaram de ir a festas, shoppings, casa de amigos. – As pessoas achavam que era falta de educação, que eu não impunha limites, porque ele já tinha idade suficiente para não ficar correndo o tempo todo,

pulando sem parar. Na escola, todos os dias vinha uma reclamação. Ele dispersava a turma, a professora dava bronca e ele ia para baixo da carteira para conversar. Foi um período difícil. Eu e meu marido tivemos que agüentar sozinhos. Depois de investigarem em jornais e revistas o que George Luiz poderia ter, os pais procuraram o setor de Neuropsiquiatria da Infância e da Adolescência da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. (Intrator & Neves, 2005, p. 20., grifo nosso)

Chama nossa atenção “onde” ancora o desamparo desses pais, sendo o recurso à “investigação/avaliação”, outrora referido pela Dra. Ana Beatriz, ilustrativo de como o processo de clivagem do eu, contemporaneamente, visa à bioidentidade e é orientado pela ou para a midiaticização dessas descobertas. Aquela experiência de desamparo que rendeu capítulos na história da psicanálise, enredando outras experiências, tais como angústia existencial, falta, estruturação do eu e relações de objeto, concorre com o tal circuito intervencionista que não permite urgir falta alguma.

Voltamos o nosso olhar para a capa da matéria da Revista O Globo e observamos a chamada: “Hiperatividade: isso explica tudo?”. Lusco-fusco, dupla mensagem, ambiguidade importante. Isso explicaria tudo à Dra. Valdinéia e ao Sr. Jorge Luiz, tão constrangidos pelo filho “sem limites”?

Contemplamos as fotografias das crianças na revista. Uma brinca com um jogo de quebra-cabeças; George Luiz aparece em um carrossel de cavalinhos brancos e azuis; um terceiro, com seu walkman e um caderno. Há um helicóptero pousado nesse caderno e ele encara a câmera fotográfica. Todos tratados, orientados, medicalizados e com uma aparência feliz.

Essas imagens não ficam “fora” dessa produção de subjetividade. Qual a criança que em plena época dos sensacionais videogames interativos escolhe brincar com um quebra-cabeça de mil peças minúsculas? A “medicalizada” brinca e tem atenção para isso, é isso que a imagem nos mostra. O carrossel de George Luiz mais nos parece uma tentativa romântica de aguçar o imaginário parental, por meio daquela cena de parque de diversões onde crianças alegremente rodam em cavalinhos ao som de berceuse. Ainda há o helicóptero... divago e disperso.

Parece-nos tão óbvio pensar que em uma sociedade hiperativa as crianças cresçam hiperativas; para isso constatar não precisaríamos de nossa formação em Psicologia. George Luiz é uma dessas crianças que perambulam e crescem na perambulação, voltadas para a ação tal e qual os imperativos do mundo clivam adultos, idosos, bebês e animais. Não seria dispensável registrar, à guisa de ampliação dessa constatação, que a Ritalina⁶ tem sido utilizada para cães impertinentes e idosos indolentes. Em nossa sociedade, o idoso

encontra-se forçosamente ativo no mercado de trabalho (embalado no suspeito discurso sobre “a qualidade de vida na terceira idade”) e os bebês apontam os dentes e desmamam já aos três meses, encarando a sopa cultural.

Tudo gira rápido e hiperativamente. Este é o ritmo de uma vida espetacular na qual tempo é dinheiro e o carrossel de George Luiz, uma metáfora contemporânea, outrora encarnada por Chaplin em “Tempos Modernos”.

O discurso midiático reflete um imaginário social ativo e que, nesse caso, não se reduz a engatilhar intervenções clínicas. Ao expor um corpo reduzido à dimensão biológica, propõe uma sociabilidade tecnicista e intervencionista, coerente com a lógica de mercado e de consumo contemporânea. Servindo de vitrine, portanto, para profissionais que depuram o discurso científico em nome da eficácia didática e informando os pais no dia a dia, cumpre a dupla meta midiática de vender o seu próprio canal publicitário e todos os produtos a ele vinculados: tratamentos, remédios e um lugar ao sol.

Bioidentidades e significações imaginárias da infância contemporânea

Na contemporaneidade, as bioidentidades fundam mercados de “especialismos”, de especialistas, mercados farmacêuticos e de equipamentos sofisticadíssimos, que pretendem revelar o que ocultaria o cérebro, revelando também a mais primária curiosidade humana traduzida pela perpétua procura de “algo que está dentro”, nas entranhas. Isso é tão velho quanto magmático, devir imaginário. A bioidentidade seria apenas a ponta desse iceberg e se alteraria à medida que o imaginário social pulsa revelando novas e velhas demandas de nossa sociedade.

Se existe alguma especificidade no imaginário social contemporâneo, apostaríamos no caráter tangível dessas bioidentidades. Estão “às soltas” para a “feira da troca”, esgarçando o sujeito em suas supostas convicções e revelando a fragilidade desse tecido social destituído de ideologias, utopias e outras coisas mais.

Em suma, contemplamos uma sociedade frágil em sua expressão imaginativa e criadora e mais do que nunca refém da prontidão e do atacado, do mercado identitário, das tipologias (tipos, subtipos e subsubtipos) e das prescrições. Por que não algo novo? Por que não uma ruptura?

Nesse caso, retornando à dimensão infantil, a contemporaneidade traria em seu embutimento uma expressiva capacidade de proliferação nosológica a clivar o corpo da criança que, ao psiquiatrizá-la, revela-se comprometida pelo mito do individualismo, imaginariização social adocida narcisicamente.

Uma das reedições desse mito do individualis-

mo, a partir do que problematizamos, desloca o saber psiquiátrico para o campo “neuro-lógico”. Não seria profícuo para o momento promover mais uma discussão ressentida pela falta de psicologia na Psiquiatria, mas evidenciar que os transtornos mentais contemporâneos tornaram-se entidades cerebrais e bioquímicas a serem corrigidas pelo monitoramento desse órgão e de seus fluidos. Isso sim urge.

Cada vez mais os psiquiatras intitulam-se neuropsiquiatras e os psicólogos, neuropsicólogos. Neurônios, neurotransmissores, sinapses, psicoestimulantes... E ainda temos o gene, o suposto imponderável, e as representações do DNA, melhor dizendo, os devires tipológicos da sociedade dos fluidos corpóreos.

A crítica social proposta por Castoriadis carrega importantes especificidades, pois analisa a eficácia simbólica de certas significações imaginárias a partir de sua efetivação no tecido conjuntista e identitário, aqui exemplificado pela ação midiática, parental e especializada, retratando elementos de uma lógica classista e determinista (tipologias, transtornos) que habita a construção da infância, melhor dizendo, que confina o infantil a uma concepção fásica e inacabada, passível de intervenções múltiplas para uma melhor maturação e adaptação ao meio social, sobretudo a partir de meados do século XX.

Seguindo a linha de raciocínio castoriadiana, atentamos para o núcleo vivo e pulsante dessas significações imaginárias, resgatando de velhos saberes travestidos com novas roupagens e para a legitimação de um referencial “adultocêntrico” (Castro, 1990, p. 11), que faz da infância um lócus de experimentação científica clivada há alguns séculos e, em versão contemporânea, um expressivo espetáculo midiático.

Cartografando historicamente esse terreno, desde a tese levantada por Phillipe Ariès, em 1960, intitulada “A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime”, fomos convidados a refletir a respeito da construção social da infância pela ação pedagógica representada pelos clérigos, tomando como pressuposto o “cuidado com a formação” desse ser capturado como “potencial”.

É inevitável mencionar que existe na obra castoriadiana uma importante crítica ao pensamento moderno, uma vez que o mesmo, segundo o autor, abarcaria um ideário de profilaxia social que, em nome da unidade, da determinidade, da funcionalidade e do raciocínio de cunho estruturalista, acabaria por excluir do próprio homem a sua dimensão criadora e, consequentemente, a expressão dessa dimensão no processo sócio-histórico. A esse respeito, Losada (2006, p. 29, grifo nosso) discorre:

Nesse sentido, quando a modernidade pensa a realidade em termos de ordem, não deixa espaço para a dimensão imaginária ou criadora. É essa uma das críticas funda-

mentais que Castoriadis (2000) dirige ao paradigma da modernidade, de modo especial ao marxismo, ao estruturalismo e ao funcionalismo. Dizer (ou pressupor) que tudo é ordenado e determinado é uma afirmação ontológica (inconfessa). Mas, é uma ontologia datada, corresponde à maneira como o pensamento do Ocidente se auto-instituiu enquanto razão no decorrer de seus vinte e cinco séculos de história. O que supúnhamos ser a ordem natural das coisas é uma criação nossa, especificamente do paradigma da modernidade.

É nesse sentido que se faz coerente pensar na captura do corpo infantil, desde a pedagogia moderna até a “neuro-lógica” contemporânea, seguindo o rastro de algumas significações imaginárias em suas novas expressões e velhas estratificações, trabalho cartográfico instigado pela processualidade no âmbito sócio-histórico.

Aqui, a clínica se faz campo e o corpo requer uma sobrevisão, uma análise de suas funções e deslocamentos pelo tempo. A adoção de medidas de controle para o êxito escolar, o recurso aos fichamentos, as distinções por faixa etária e as políticas higienistas fazem desse último século o corolário da profilaxia da infância e de sua espetacularização, requerendo um exercício crítico a qualquer ação que se pretenda clínica.

De súbito, a mídia expõe a descrição de múltiplas psicopatologias, ocupa-se da didática, do passo a passo que levará os pais ao diagnóstico precoce e caseiro dos “transtornos” que comprometeriam, sobretudo, o êxito da criança na escola e no futuro. Assim, versões simplificadas do CID-10 e do DSM-IV passam a integrar os jornais dominicais visando aos pais e ao agenciamento da rotina dos “profissionais da infância”.

Chegamos a constatar, ao final da matéria em que George Luiz aparece no tal carrossel, uma versão modelizada para o consumo parental dos critérios diagnósticos estabelecidos pelo DSM-IV para o Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, para que os mesmos contribuam para o diagnóstico de seus filhos.

Essa engenharia é indissociável da vontade de saber e poder inerente à condição humana tão bem explanada por Foucault (1979, 2002) ao longo de seus escritos; portanto, a clínica pensada como instituição humana abarca recalques passíveis de uma boa psicanálise: ela também precisa recontar sua história para não cair em pontos cegos. A esse respeito, Castro vem ao nosso auxílio (2001, p. 20, grifo nosso):

A constituição de uma Psicologia da Infância na era moderna esteve imbricada com a noção de norma (Castro, 1996), de tal forma que, muitas vezes, parece quase impossível apreender o sentido da infância que não seja a partir dessa “instituição imaginária” que é o desenvolvimento, ou seja, de que o sentido da infância é necessariamente apreendido em relação a uma trajetória a ser percorrida até a idade adulta.

A triangulação exercida pela mídia, pais e especialistas, aqui exemplificada, configura-se como uma espécie de Complexo de Édipo contemporâneo, em que a teoria da constituição de subjetividade, tão cara à Psicanálise, cede lugar a uma teorização sobre os processos de produção de subjetividades. No que tange aos pais, cada vez mais ausentes na educação dos filhos em função da roda-viva do mercado de trabalho, tornam-se objetos de uma lacuna afetiva que se traduz como uma ausência de força para clivá-los, uma frágil inscrição de sua historicidade como dote pela filiação.

Parece não haver muito tempo para essa liga afetiva, e o que se estabelece em função de uma convivência rasa e enfraquecida de experiências de cultivo de relações de cumplicidade e de intimidade, elementos que oportunizam a inconsistência de um eu seguido pela onipresença da bioidentidade.

Assim, os pais acabam aderidos à informação midiática (e ao imaginário midiático) que promete preencher tal lacuna, descrevendo, informando e aconselhando posturas e procedimentos. É aí que o especialista entra na cena para completar o processo de produção de subjetividade, como cotutor dessa produção e desse processo, acionando aquilo que chamamos de “clínica-ação”⁷.

Essa nova triangulação traz deslocamentos para a escola, para a clínica e para a família e exibe uma clara normatização da infância, iniciada desde a Idade Média pela Pedagogia e tão bem detalhada na obra de Ariès. Para esse autor (1981), a infância, pensada como invenção/produção sócio-histórica, surge pela necessidade de submissão e adestramento desse corpo ao campo social mais amplo e para a validação dos princípios escolásticos a partir da Idade Média. Antes disso, refletiu, a criança perambulava com o adulto, dividia a cena social como um “homúnculo”, um projeto de homem futuro que, por vezes, vingava as intempéries da vida de relação e da luta pela sobrevivência.

As ciências humanas nas significações imaginárias da infância contemporânea

Segundo as teses de Ariès (1981), não havia uma perspectiva fásica da infância, tampouco da adolescência. As famílias não eram núcleos tão fechados, e os objetivos sociais eram alçados no domínio público das aldeias e comunidades. A cena da vida social era absolutamente pública, a praça era o lócus de comunhão de expectativas e desalentos. Assim, ressalta que a instituição infância fora esculpida nos trilhos de uma privatização da vida familiar, no enaltecimento do nome de família e na ancoragem dos valores católicos sobre esse “homúnculo”.

A tese de Ariès parece aceitável, cabendo a quem trabalha com a infância contemporânea a cartografia de novos assentamentos, “regimes de verdade” – “tipos de discurso que ela [a Sociedade] acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos” (Foucault, 1979, p. 12) e “disciplinarização de corpos” – o controle dos corpos pela disciplina corretiva/punitiva (Foucault, 2002), afinal, as práticas que emergem em um determinado tempo histórico são essencialmente formas imaginárias de modos de viver e conviver com as densidades e intensidades humanas e com a tentativa de modelização/domesticação do corpo humano.

Assim aconteceu com a Pedagogia que “se modernizou” e se encorpou: ocupou-se da constituição e definição de seu objeto (questão que perdura até hoje); estabeleceu seu campo de ação; “contemporaneizou-se”, inspirada nos movimentos sociológicos e debates de cunho político dos séculos XIX; e, a partir daí, aliada à Psicologia do século XX, adota a pedagogização pela modelização da aprendizagem e do desenvolvimento produzidos pelo cognitivismo e pelas concepções psicológicas fásicas que incrementam os estudos sobre a criança, revelando um imaginário social que estabelece ações com ela segundo critérios discutíveis.

Vemos o “velho” no novo e o furor em torno do novo, da novidade e da mercantilização da trajetória humana enaltecida pelo valor do “lançamento” e pela tecnologia. Na contemporaneidade, o destino de qualquer feito deve visar à aplicabilidade como condição de fruição coletiva. O comportamento humano passa a ser regido pela lógica (imaginária) da otimização e do desenvolvimento performático. A esse respeito, Castro (2001, p. 21, grifo nosso) reflete:

O regime de significados que estabelece a conexão entre infância e o ‘traço a ser abolido’ remete-se a uma lógica que privilegia o *desenvolvimento*, ou seja, o sentido *progressivo* da história individual e coletiva do mundo ocidental. É a imaginação desenvolvimentista que propicia o solo necessário para se pensar que a vida humana tem uma razão: a de que nós, humanos, podemos e devemos nos tornar cada vez mais perfeitos – “maduros”, “civilizados” – através de uma lenta submissão a padrões racionalizados de conduta, nos quais prevalecem os valores da autonomia, do racionalismo, da individualização e do autocentramento. Como compreender a infância para além da razão desenvolvimentista e normativa? Que entendimento pode ser afirmado sobre as crianças de hoje sem que se estabeleça sua *diferença* em relação aos adultos no quadro de uma lógica desenvolvimentista?

A aliança entre os campos pedagógico e psicológico, originalmente humanos e sociais, avança agora pelo

recurso à Medicina, que orquestrada pela Neurologia e pelo proclamado “século do cérebro”⁸, associa-se em prol do combate às “dificuldades de aprendizagem” e aos “transtornos do desenvolvimento”. Chamamos a atenção, portanto, para a forte tendência nosológica que traduz a experiência infantil da ordem do dia, caracterizada por uma produção discursiva que fundamenta a formação de especialistas, comparece didaticamente à mídia impressa e à televisiva, consubstancia o imaginário parental e serve de base para a atuação da criança, que encarna a tipologia. Destacamos, diante desse contexto, as psicopatologias que comprometem a aprendizagem e o êxito na construção do empreendedor, qual sejam, as psicopatologias da atenção e do raciocínio, crescendo também a produção discursiva em torno das oscilações de humor.

Sob essa matriz, procuramos a criança e tentamos buscar algumas significações imaginárias da infância a partir do que cartografamos historicamente como conjunto de práticas disciplinares que reduzem o corpo, mais do que nunca, a sua dimensão biológica, como compreende Foucault (2002), limitando o território da infância a partir do que a ciência dita como eficiente e proclamando o exercício tutelar por meio de ações, hoje enaltecidas, sobretudo, pela clínica.

Seguindo essa linha de raciocínio, estaria a criança atravessada pelos “regimes de verdade” (Foucault, 1997) construídos a partir do pressuposto científico que concebe o fundamental como algo intrínseco, sempre passivo ao olhar do pesquisador, que irá buscá-lo “no lado de dentro”, no interior de uma verdade, ou de um paradigma dominante, como se este estivesse dissociado dos trilhos históricos e dos inesperados?

Se a Pedagogia moderna estruturou-se a partir de uma concepção de infância que agregava o ideal de um corpo sem vícios e pecados, passível à catequese e à intelectualização, os psicologismos contemporâneos reduziram a dimensão sócio-histórica, nivelando a experiência infantil a partir da lógica desenvolvimentista e cognitivista em grande parte desse percurso. O próprio Ariès (1981), em uma entrevista, desaconselhou o pesquisador à busca de um mistério central, afirmando que estamos todos no meio da rua. Segundo ele, um bom ponto de partida seria uma questão colocada pelo presente, um problema de cotidiano.

Voltemos ao mercado: a multiplicação de pedagogias, o retorno dos testes e da abordagem psicométrica, a “cerebrização” das discussões, as novas clínicas, e por que tantas clínicas? A rua nos parece uma boa opção para a pesquisa desse problema, afinal, é hora de debater nossas alianças teóricas e esmiuçar esse imaginário psicopatológico que constitui, alimenta e reforça o cerco clínico que orienta a infância contemporânea.

Clínica-ação e significações imaginárias da infância contemporânea

O incremento de uma “nova clínica” é sempre indissociável de seu contexto histórico e social, portanto, a episteme dessa instituição está relacionada a uma análise das estruturas soberanas e disciplinares⁹ estabelecidas pela sociedade em que estamos inseridos e pela moldura do cotidiano. Enfrentar a análise dos dispositivos¹⁰ de produção de subjetividade infantil em sua profusão psicopatológica admite o sentimento de vulnerabilidade que atravessa nossa sociedade, acoessando nossas defesas e imbricando relações pelas representações de risco e de cuidado pessoal.

Se, outrora, a pedagogização da infância abarcava o projeto de construção de um ser superior por sua ortodoxia e profilaxia, a fluidez dos tempos contemporâneos adota a “neuropsiquiatrização” como recurso de sobrevivência diante da falência desse sujeito. A questão deixa de aludir àquilo que ele supostamente continha, qual seja, a natureza de sua essência e de sua experiência como homem para aquilo que o mesmo contém (tanto como fluido corporal-chave como química providencial a lhe conter).

Não temos dúvida de que os instrumentos e a cultura da mensuração/classificação elaborados há séculos – da Pedagogia à Psicologia, da Psicopedagogia à Neuropedagogia – estão colocados em jogo na experiência infantil contemporânea como dispositivos de organização social.

Insistindo nessa proliferação diagnóstica, faço da cartografia do cotidiano clínico em que atuamos o nosso pré-texto, interrogando as especificidades dessas significações imaginárias, quais sejam, significações que integrariam a ação de um campo clínico e midiático voltado para a disciplinarização tanto da criança quanto das figuras parentais e tutelares, revelando um regime de sociabilidade intervencionista e biologizante.

A partir dessa experiência de cotidiano, que interroga a qualidade dessa articulação pais-mídia-especialistas, propomos que, por meio do conceito de significações imaginárias cunhado por Castoriadis (2000) – conceito vivo e que sugere movimento –, uma forma alternativa de reflexão sobre os processos de massificação subjetiva atravessados pela psiquiatrização da infância seja considerada.

Uma forma de problematizar que indique as costuras e a produção de um imaginário local, social e identitário, enfim, em fluxo. Uma forma de pensar que recoloca o princípio de responsabilidade por esses “transtornados destinos” e devires naqueles que vendem e compram esses pacotes identitários, afinal, estamos todos arrolados e enrolados na construção do mundo em que vivemos.

Constatando o expressivo número de intervenções clínicas precoces, este texto denuncia algumas peculiaridades nas relações parentais diante da psiquiatrização da infância e de tecnologias do “cuidado” tão em voga, quando o assunto é a vida dos pequenos em tempos de escassa convivência familiar e de esgarçamento do tecido social pela imposição de novas formas de enlaces afetivos.

Assim, propondo um deslocamento do olhar clínico da estrutura familiar e de um “sujeito” para o campo sócio-histórico, e acentuando a impossibilidade de cisão entre sujeito e sociedade proposta por Castoriadis (2000), a mídia nos serve tão somente como janela para o mundo, qual seja, como modelo de discurso conjuntista e identitário que apresenta ideias, legitima técnicas e instaura formas de convivência passíveis de uma análise reflexiva que deve atentar para a lógica de mercado, reduzindo a clínica a mais um bem para o consumo.

Nesse sentido, procuramos evidenciar como certas significações imaginárias da infância contemporânea abarcam uma complexa engenharia de sentido, em que a concepção de uma infância fásica e de aparato cognitivo aciona formas de convivência e investimento para com a criança, coerentes com uma lógica conjuntista e identitária referida pelo outro, pelo adulto e pela sociedade em nome de um imaginário social ativo. Rastreado o campo histórico contemporâneo e observando a emergência de uma matriz pedopsicopatológica que encorpa a mídia impressa e televisiva, visamos aos agenciamentos identitários e, conseqüentemente, à crítica à referida “clínica-ação”.

Atentando para o lusco-fusco de processos de produção de subjetividade, de práticas, de teorias, interessa-nos mais o núcleo desses feitos do que seus efeitos (sintomas e/ou transtornos), isto é, ressaltamos uma prática clínica que admite uma força criadora que produz e instiga essa forma de liga social.

Falamos de um núcleo relativamente comum, magmático, de uma massa de significação que se desloca no tempo carregando crenças, fundando paradigmas que acionam novas formas de ser e de conviver. Falamos de um imaginário social, de uma liga pulsional ativa e ampla, força que integra e determina percepções, intenções e atuações no curso histórico.

É essa força vital, o magma que vitaliza vínculos e funda instituições, que contém o velho sedimentado no novo, marcando o tecido social como espaço tanto de repetição quanto de criação. A infância deve ser contemplada como instituição fundada em um tempo histórico carregado de expectativas e valores próprios, em que o corpo infantil, capturado pelo imaginário social da época, funda o campo da infância como espaço de esquadramento, desenvolvimento e disciplinarização.

Enaltecemos assim o comparecimento do conceito de imaginário para legitimar ações sobre o desenvolvimento humano e sobre a própria cognição. Percorrendo esses caminhos é que podemos contemplar a liga pais, mídia e especialistas e propor novas direções a um caminho que aprisiona a experiência infantil e que, em última instância, segrega a criança da sociedade, conferindo-lhe um aprisionamento pelo próprio “status” de transtornado.

A clínica psicanalítica trabalha a partir do exercício de escuta, sendo este um trabalho de refinamento técnico. Em “Recomendações aos médicos que utilizam a psicanálise. Artigo sobre técnica”, Freud (1990a) propõe que tal exercício seja apurado de forma igualmente pairante, o que tomo não só como técnica de escuta ao paciente, mas fundamentalmente como técnica de escuta e contemplação do campo sócio-histórico.

O paciente que chega a nós jamais se apresentou como portador de Transtorno de Déficit de Atenção, Transtorno Desafiador Opositor ou Transtorno do Humor Bipolar. Ele pode não querer isso, se isso não lhe for oferecido, e isso não deve ser recalcado pelo clínico. Quem nos apresenta o “possível transtornado” é o seu pai ou mãe, pré-diagnosticado por elementos fornecidos pela mídia, fundamentalmente a escrita e a televisiva, ou por alguém com convicção “neuro-lógica”.

Assim, em atitude de “atenção igualmente pairante”, passamos a buscar cada vez mais o discurso dos pais e o midiático, visando à extração de elementos que municiassem a produção de uma tipologia de infância contemporânea, que imprimissem formas de abordá-la e tratá-la, encontrando então as pistas psicopatológicas dessas significações imaginárias da infância contemporânea.

Em um tempo histórico no qual as relações humanas sofrem pela falta de tempo livre para o cultivo de encontros, a crença no determinismo do sujeito pela clivagem cognitiva e biológica parece reforçar a ação dos especialistas, os intuitos da comunicação midiática e a lacuna afetiva entre pais e filhos, impondo uma nova estética para o corpo da criança e para o campo infantil.

Notas

- ¹ O conceito de magma foi cunhado por Castoriadis (2000) para evidenciar que a instituição do sujeito e do campo sócio-histórico é atravessada tanto pela lógica conjuntista e identitária – lógica da precisão e das identidades –, quanto por uma potente dimensão afetiva e criadora. Para o autor, ambas seriam originalmente magmáticas e repletas de estratificações (significações/representações). Em suma, A instituição imaginária da sociedade, nome de seu polêmico livro lançado originalmente em francês (L’Institution imaginaire da la société, Éditions du Seuil, 1975), que analisa em sua primeira parte o marxismo como teoria e projeto

revolucionários, destaca-se mais por sua segunda parte, em que propõe uma “primeira abordagem” do imaginário social e da instituição da sociedade pela lógica identitária e dos conjuntos, assim como dos magmas, modo de ser do inconsciente. Esse enciclopédico autor, notavelmente transdisciplinar, também era psicanalista.

- 2 O termo “clivado” vem de “clivagem”, fenômeno psíquico mencionado por Freud, (1990b), no texto “A perda da realidade na neurose e na psicose”, por conta de seus estudos sobre o fetichismo e a perversão. A clivagem (*spaltung*) mencionada aqui por mim abarcaria a concepção de que esse fenômeno seria constitutivo de um eu. Enquanto clivagem originária e inerente, a constituição/construção de um sujeito neurótico (posição defendida também por Melanie Klein e Jacques Lacan) elencaria também componentes imaginários/culturais, forçando-me a saltar de uma posição psicanalítica pautada restritamente na ideia de uma “constituição do eu” para outra, que admite a concomitância de uma “produção de subjetividade”. Este texto traz uma provocação à dita “triangulação edípica”, ao problematizar a criança/infância a partir da triangulação pais-mídia-especialistas como produção de subjetividades na contemporaneidade.
- 3 O termo nosológico alude à classificação/codificação dos transtornos mentais a partir da construção de um padrão de normalidade e da presença/intensidade de sintomas. Desde o século XIX, a ocorrência de sinais e sintomas psicopatológicos é catalogada e classificada como doença mental. O corolário dessa empreitada parece ancorar na construção do CID-10 (Organização Mundial da Saúde, 1993) e do DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2003), justificada como instrumentalização para a ampliação da comunicação entre médicos e afins, facilitação das medidas de tratamento e de controle epidemiológico.
- 4 O elemento pulsional na obra freudiana toma posição de destaque a partir de 1905 como conceito central, qual seja, “a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 628). Estabeleço uma relação de proximidade entre a natureza pulsional do sujeito da psicanálise e a natureza magmática do sujeito castoriadiano.
- 5 Falamos de bioidentidade como modalidade identitária tipicamente contemporânea, calcada a partir de um desinvestimento simbólico em relação ao corpo e à concomitante emergência de sua materialidade. O corpo, na contemporaneidade, deixa de ser a base do cuidado de si para ser uma entidade que requer os cuidados do eu. As bioidentidades são apolíticas e individualistas, posto que tanto a minha morada (como espaço existencial) quanto os meus deslocamentos (como formas de subjetivação) são reduzidos a comportamentos fundamentados pela Medicina e pela Genética. Tal conceito encontra-se associado ao de biopoder e de biopolítica, amplamente explorados no último capítulo de *A vontade de saber* e o curso de 17 de março de 1976 de *Il faut défendre la société*.
- 6 Ritalina (*metilfenidato*), estimulante do grupo dos anfetamínicos. Suas principais indicações são para o tratamento do déficit de atenção de crianças e adolescentes e depressão em idosos. Segundo Lima (2005, p. 22), “tornou-se sinônimo de medicação estimulante para o TDA/H. Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária informam que o consumo de metilfenidato no Brasil passou de 23 kg em 2000 para 93

kg em 2003”. Já nos Estados Unidos, entre os anos de 1990 e 1998, o consumo da substância cresceu 700%.

- 7 A clínica-ação é um processo de produção de subjetividade que se efetiva a partir da naturalização do traço psicopatológico e da seriação diagnóstica (Carrijo, 2006). Enquanto processo não se esgota no ato de atendimento clínico ao paciente, ou na possibilidade de um multiacompanhamento. As clínicas se entrosam, criam conceitos, estratégias e objetos para o consumo. Ainda que sejam objetos psicopatológicos, seriação e clínica-ação desenham, a partir das intempéries do contemporâneo, a possível face do sujeito, por meio do recurso à bioidentidade. No que diz respeito ao sujeito-criança de hoje, aponto a escola como uma peça-chave para que os processos de seriação e clínica-ação complementem-se e cumpram suas funções na produção de subjetividade infantil.
- 8 A década de 1990 foi declarada pelo presidente George Bush (pai) como a década do cérebro em discurso proferido no Congresso e legitimado pela Resolução 174 a guisa de “aumentar a consciência pública dos benefícios provenientes de pesquisas sobre o funcionamento do cérebro e solicitando a todos os funcionários públicos e ao povo dos Estados Unidos da América que celebrem essa década com programas, cerimônias e atividades condizentes”. O discurso completo pode ser obtido por *download* no seguinte endereço eletrônico: (<http://lweb.loc.gov/loc/brain/home.htm>).
- 9 As estruturas soberanas e disciplinares são estudadas por Foucault (1997) de forma articulada e a partir de suas análises sobre a temática do poder. Esse último seria, segundo o filósofo, exercido tanto como repressão quanto como soberania. Estando os dispositivos disciplinares voltados para uma cultura de otimização e de resultados, as relações de soberania se efetivariam através da lógica de apropriação de corpos, do tempo e da capacidade de produção dos ditos súditos.
- 10 O conceito foucaultiano de dispositivo encontra-se assentado numa concepção de rede composta de relações heterogêneas: políticas, instituições, produções científicas e morais, dentre outras estratégias de respostas às urgências de uma determinada sociedade. Dessa forma, os dispositivos teriam função estratégica/tática vitalizando tanto a produção de discursos quanto de tecnologias de disciplinarização de corpos (Foucault, 2001, 2002).

Referências

- American Psychiatric Association. (2003). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (C. Dornelles, Trad., 4ª ed.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2000)
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flakstman, Trad.). Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. (Original publicado em 1973)
- Carrijo, A. (2006). *Contemporaneidade e subjetividade: processos de construção, seriação e clínica-ação da infância*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Castoriadis, C. (2000). *A instituição imaginária da sociedade* (G. Reynaud, Trad.). São Paulo, SP: Editora Paz e Terra. (Original publicado em 1975)
- Castro, L. R. (1990). Desenvolvimento humano: por um retorno ao imaginário. *Psicologia Clínica. Pós-Graduação & Pesquisa*, 5(5), 11-19.

- Castro, L. R. (2001). Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In L. R. Castro (Org.), *Crianças e jovens na construção da cultura* (pp. 19-46). Rio de Janeiro, RJ: Editora FAPERJ.
- Freud, S. (1990a). Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. Artigo sobre técnica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 149-159) Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1990b). A perda da realidade na neurose e na psicose. In S. Freud, *O ego e o Id e outros trabalhos (1924)* (pp. 229-234). Rio de Janeiro: Imago.
- Foucault, M. (1979). Verdade e poder. In Roberto Machado (Org.), *Microfísica do Poder*: (R. Machado, Trad., pp. 1-14). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. (Original publicado em 1972)
- Foucault, M. (1997). *Il faut défendre la société*. Paris: Gallimard-Seuil.
- Foucault, M. (2001). *A história da sexualidade 1: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans., 24ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalheite, Trad., 25ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1975)
- Intrator, S. & Neves, T. (2005, 13 de fevereiro). Hiperatividade: isso explica tudo? *O Globo*, p. 18.
- Lima, R. C. (2005). *Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Losada, M. R. (2006). O imaginário radical de Castoriadis: seus pressupostos. In N. S. N. Azevedo (Org.), *Imaginário e Educação: reflexões teóricas e aplicações* (pp. 23-44). São Paulo: Editora Alínea.
- Organização Mundial de Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas* (D. Caetano, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1992)
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1997)
- Silva, A. B. (2003). *Mentes inquietas: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas*. São Paulo: Ed. Gente.

Recebido em: 23/04/2010

Revisão em: 31/08/2010

Aceite em: 18/10/2010

Adriana Carrijo é mestre e doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde atua temporariamente como pesquisadora e docente no Departamento de Psicologia Social. Endereço: Avenida das Américas, 2.901/410 - Edifício Barra Business - Barra da Tijuca. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 20550-000.
Email: adrianaacarrijo@terra.com.br

Como citar:

Carrijo, A. (2012). Significações imaginárias da infância contemporânea: mídia, pais e especialistas. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 421-429.